

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI N° 0021509554/2024 - SEINFRA.UNP

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Trata-se de processo para contratação, de empresa especializada para execução de serviço contínuo de engenharia de manutenção corretiva em vias públicas do município de Joinville pavimentadas com revestimento asfáltico, divididas em 04 (quatro) setores.

É de obrigação e de interesse público a manutenção das condições de trafegabilidade das vias que compõem a malha viária de competência municipal.

O Município de Joinville conta com uma malha viária de 960.914 metros de vias públicas pavimentadas com revestimento asfáltico, que se encontram com certo estado de deterioração devido ao envelhecimento do pavimento, necessitando assim de uma constante manutenção.

Nos serviços de manutenção serão priorizadas as vias e eixos principais com intenso volume de tráfego, as que promovam ligações entre vias e as que tenham equipamentos comunitários.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para 2024 a contratação está prevista no plano de ações da Secretaria de Infraestrutura Urbana (SEINFRA) sob nº 2.3192 - Zeladoria Pública e 1.3061 – Obras de Pavimentação dentro do Programa 6 – Joinville Promissora, conforme LDO de 2024 (Lei nº 9.461 de 11/09/2023) e PPA (0010277280 e 0010277307) para o quadriênio 2022-2025 (Lei nº 8.993 de 31/08/2021 e suas alterações), com meta física para 2024 de 70 km de vias atendidas, considerando as mais diferentes ações.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a presente contratação, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

3.1) Indicação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes:

3.1.1) Apresentar o Registro do profissional indicado no conselho competente.

3.1.2) Apresentar atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes àquela a ser contratada, ou seja: Pavimentação Asfáltica.

3.1.2.1) Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que

aprovada pela Administração.

3.2) Apresentar, para cada lote, atestados ou certidões, regularmente emitidos pelo conselho competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto dessa licitação, que corresponda a 50% (cinquenta por cento) a ser executado em cada setor, ou seja:

3.2.1) Setor 1 (Região Norte): Ter executado, no mínimo, 707 t (setecentos e sete toneladas) ou 321 m³ (trezentos e vinte e um metros cúbicos) de Execução de Concreto Asfáltico Usinado à Quente (CAUQ) faixa “C”, e ter executado, no mínimo, 1.607 m² (mil seiscentos e sete metros quadrados) ou 80 m³ (oitenta metros cúbicos) de fresagem não sendo permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo mínimo exigido;

3.2.2) Setor 2 (Região Leste): Ter executado no mínimo 774 t (setecentos e setenta e quatro toneladas) ou 352 m³ (trezentos e cinquenta e dois metros cúbicos) de Execução de Concreto Asfáltico Usinado à Quente (CAUQ) faixa “C”, e ter executado, no mínimo, 1.758 m² (mil setecentos e cinquenta e oito metros quadrados) ou 88 m³ (oitenta e oito metros cúbicos) de fresagem não sendo permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo mínimo exigido;

3.2.3) Setor 3 (Região Sul): Ter executado no mínimo 770 t (setecentos e setenta toneladas) ou 350 m³ (trezentos e cinquenta metros cúbicos) de Execução de Concreto Asfáltico Usinado à Quente (CAUQ) faixa “C”, e ter executado, no mínimo, 1.750 m² (mil setecentos e quarenta e nove metros quadrados) ou 87 m³ (oitenta e sete metros cúbicos) de fresagem não sendo permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo mínimo exigido;

3.2.4) Setor 4 (Região Centro Oeste): Ter executado no mínimo 745 t (setecentos e quarenta e cinco toneladas) ou 339 m³ (trezentos e trinta e nove metros cúbicos) de Execução de Concreto Asfáltico Usinado à Quente (CAUQ) faixa “C”, e ter executado, no mínimo, 1.693 m² (mil seiscentos e noventa e três metros quadrados) ou 85 m³ (oitenta e cinco metros cúbicos) de fresagem não sendo permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo mínimo exigido.

3.3) Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica na entidade profissional competente.

Os demais requisitos específicos de execução e disposições de controles de qualidade, como o atendimento as normas técnicas, estão dispostos no Memorial Descritivo.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Devido ao tamanho e ao estado de deterioração da malha viária em pavimento asfáltico do município de Joinville, além das manutenções em redes de drenagem pluvial executadas pelas Unidades Regionais de Obras, conjugado com a média histórica dos reparos e o conhecimento prático; definimos em dividir o município geograficamente em 04 (quatro) setores.

Desta forma, considerando os 04 (quatro) setores estabelecidos, a média histórica das últimas contratações, o grau de deterioração atual médio do revestimento asfáltico, o fluxo geral do tráfego existente e o conhecimento adquirido ao longo de anos de experiência sobre as regiões com maior demanda; a quantidade de serviço anual para cada setor ficou assim estabelecida:

- **Setor 1 (Região Norte):** com 251.047 m de extensão, considerando a pista de rolamento com largura média de 8,0 m, temos uma área total no setor aproximada de 2.008.376 m² de vias asfaltadas. Pelo histórico da região e por possuir ruas mais recentemente asfaltadas, consideramos um índice de 0,80% de necessidade de manutenção corretiva anual, chegando a quantidade anual prevista de área equivalente de **16.067 m²** (corte 12.853 m² e fresagem 3.213 m²).
- **Setor 2 (Região Leste)** = com 244.179 m de extensão, considerando a pista de rolamento com largura média de 8,0 m, temos uma área total no setor aproximada de 1.953.432 m² de

vias asfaltadas. Pelo histórico da região e por possuir ruas asfaltadas a mais tempo com um nível de degradação maior, comparado com a região norte, consideramos um índice de 0,90% de necessidade de manutenção corretiva anual, chegando a quantidade anual prevista de área equivalente de **17.581 m²** (corte 14.065 m² e fresagem 3.516 m²).

- **Setor 3 (Região Sul)** = com 242.978 m de extensão, considerando a pista de rolamento com largura média de 8,0 m, temos uma área total no setor aproximada de 1.943.824 m² de vias asfaltadas. Pelo histórico da região e por possuir ruas asfaltadas num nível de degradação similar a região leste, consideramos um índice de 0,90% de necessidade de manutenção corretiva anual, chegando a quantidade anual prevista de área equivalente de **17.495 m²** (corte 13.996 m² e fresagem 3.499 m²).
- **Setor 4 (Região Centro-oeste)** = com 222.710 m de extensão, considerando a pista de rolamento com largura média de 8,0 m, temos uma área total no setor aproximada de 1.781.680 m² de vias asfaltadas. Pelo histórico da região, por possuir as ruas asfaltadas a mais tempo, com o maior nível de degradação da cidade e maior número de intervenções nas redes de drenagem pluvial existentes, comparado com as outras regiões, consideramos um índice de 0,95% de necessidade de manutenção corretiva anual, chegando a quantidade anual prevista de área equivalente de **16.926 m²** (corte 13.541 m² e fresagem 3.385 m²).

A quantificação detalhada dos serviços pertinentes está na Planilha Orçamentária Sintética discriminada no processo.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Considerando que a SEINFRA não tem pessoal para realizar o serviço e o contrato vigente se encontra próximo ao seu prazo final, além do estágio em que se encontram as ruas com revestimento asfáltico, em sua maioria com mais de 10 anos, existe a necessidade da contratação dos serviços.

Trata-se de serviço contínuo de engenharia, aonde as questões técnicas e econômicas foram avaliadas e definidas pelos responsáveis técnicos pelo memorial descritivo e demais elementos técnicos pertinentes, onde a manutenção corretiva é a mais indicada.

Na definição do serviço foi considerado pelos responsáveis técnicos a disponibilidade na região dos insumos necessários, bem como da existência de vários fornecedores atuantes no mercado capacitados para realização do serviço proposto.

Ou seja, a melhor solução, técnica e econômica, é a definida pelos responsáveis técnicos nos projetos de engenharia e demais elementos técnicos pertinentes, objeto do presente processo de contratação.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - O valor estimado para a contratação é de R\$ 12.275.714,03.

6.2 - O detalhamento do preço estimado está nas Planilhas Orçamentárias Sintética e Analítica, discriminadas no presente processo; geradas através da utilização de referências de preços e custos do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil).

6.3- Tal custo estimado possui disponibilidade orçamentária

dentro do orçamento da Secretaria de Infraestrutura Urbana.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A solução completa definida para contratação de empresa para prestação de serviço de engenharia de manutenção corretiva em vias públicas do município de Joinville pavimentadas com revestimento asfáltico consiste nas atividades de corte do pavimento, carregamento, transporte e descarga do material escavado, ou fresagem se for o caso, depois imprimação, fornecimento, espalhamento e compactação de CAUQ (concreto asfáltico usinado a quente), além de limpeza do local.

Após a entrega definitiva do serviço, as necessárias manutenções, que não forem oriundas de vícios de construção de responsabilidade da empresa de engenharia executora, serão realizadas pela prefeitura de maneira direta ou indireta.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

O presente processo é para contratação de empresa especializada para prestação de serviço contínuo de engenharia de manutenção corretiva em vias públicas do município de Joinville pavimentadas com revestimento asfáltico, divididas em 04 (quatro) setores.

Em cada setor tem-se a execução dos serviços (corte do pavimento, carregamento, transporte e descarga do material escavado, imprimação, fornecimento, espalhamento e compactação do concreto asfáltico usinado a quente - CAUQ, além de limpeza do local), assim como os trechos a serem fresados, que devem ser executados de forma contínua e concomitantes pela mesma empresa contratada, pois são atividades correlatas e dependentes, não sendo viável nem tecnicamente e economicamente, a divisão da contratação destes serviços.

No tocante ao item setores, se aplica o parcelamento, por isso estão divididos em quatro setores.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

O resultado pretendido com a presente contratação da execução de serviço contínuo de engenharia de manutenção corretiva em vias públicas do município de Joinville pavimentadas com revestimento asfáltico é a melhoria da mobilidade urbana em pontos estratégicos, propiciando segurança e conforto aos usuários.

As desestruturações das vias impedem o tráfego de veículos, podendo acarretar em acidentes de trânsito com danos pessoais e/ou materiais. Deste modo a estruturação destes trechos de ruas vão garantir a segurança ao tráfego de veículos, compensando o investimento à ser realizado neste processo.

Em termos de economicidade pretendemos contratar a proposta mais vantajosa, ou seja, proposta que atenda aos critérios administrativos, técnicos e legais, e que seja a de menor preço global por lote.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Trata-se esse processo de execução de serviço de engenharia de manutenção corretiva em vias públicas do município de Joinville pavimentadas com revestimento asfáltico a ser executado por empresa especializada, sendo que essa Secretaria possui servidores com experiência técnica e conhecimento acerca do serviço para atuar na fiscalização do contrato pertinente.

Portanto, não se vislumbra nenhuma providência a ser adotada pela Administração

previamente à celebração do contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes a este processo, apenas encontra-se em vigor um contrato de ajuste viário que contempla a fresagem em grande extensão de via, ao contrário deste processo que apenas ocorrerá, eventualmente, em pequeno trecho e com área bem reduzida.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não se vislumbra impacto ambiental significativo para a contratação que é de pequeno vulto e de características normais e, portanto, o critério de sustentabilidade não é pertinente.

Inclusive tal tipo de intervenção, serviço de manutenção corretiva em vias públicas do município de Joinville pavimentadas com revestimento asfáltico, é atividade não constante da Listagem de Atividades Sujeitas ao Licenciamento Ambiental, aprovada pela Resolução CONSEMA nº 98 de 05 de maio de 2017; portanto não sujeito ao licenciamento ambiental.

O material resultante da escavação deverá ser transportado e depositado em terreno e/ou local liberado ambientalmente, sob responsabilidade da empresa contratada para execução das obras, no caso da fresagem a contratante poderá indicar lugar onde deverá ser depositado o material fresado, respeitando a DMT.

Outra situação seria, por exemplo, caso ocorra alguma sobra dos materiais à serem fornecidos, a contratada será responsável pelo reaproveitamento e/ou destinação adequada destes resíduos.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) identificação de riscos - para a presente contratação constatou-se os seguintes riscos:

Risco 1 - Impugnação do edital

Risco 2 – Licitação deserta

Risco 3 – Licitação fracassada

Risco 4 – Execução das atividades em desacordo com as especificações

Risco 5 – Descumprimento do prazo de execução

Risco 6 – Contratado não executa os serviços

b) análise de riscos - os riscos encontrados possuem como consequência:

Risco 1 - Necessidade de nova licitação. Probabilidade: Raro. Impacto: Baixo

Risco 2 – Necessidade de nova licitação. Probabilidade: Raro. Impacto: Médio

Risco 3 – Necessidade de nova licitação. Probabilidade: Pouco Provável. Impacto: Médio

Risco 4 – Atraso na execução. Probabilidade: Pouco Provável. Impacto: Baixo

Risco 5 – Atraso na execução. Probabilidade: Pouco Provável. Impacto: Muito Baixo

Risco 6 – Inexecução do contrato. Probabilidade: Raro. Impacto: Alto

c) avaliação de riscos - dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como:

Risco 1 - Impugnação do edital. Pontuação = 2; Risco: Baixo

Risco 2 – Licitação deserta. Pontuação = 3; Risco: Médio

Risco 3 – Licitação fracassada. Pontuação = 6; Risco: Médio

Risco 4 – Execução das atividades em desacordo com as especificações. Pontuação = 4; Risco: Médio

Risco 5 – Descumprimento do cronograma de execução. Pontuação = 2; Risco: Baixo

Risco 6 – Contratado não executa os serviços. Pontuação = 4; Risco: Médio

d) tratamento de riscos - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar as seguintes condutas e tratamentos para os riscos considerados:

Risco 1 - Impugnação do edital. Conduta: Mitigar; Tratamento: Revisar as cláusulas do edital

Risco 2 – Licitação deserta. Conduta: Aceitar; Tratamento: Revisar os projetos, memorial, orçamentos e demais elementos técnicos, bem como exigências do edital.

Risco 3 – Licitação fracassada. Conduta: Aceitar; Tratamento: Revisar as exigências do edital.

Risco 4 – Execução das atividades em desacordo com as especificações. Conduta: Mitigar/Transferir; Tratamento: Não medir serviço desconforme e penalizar na reincidência.

Risco 5 – Descumprimento do cronograma de execução. Conduta: Mitigar; Tratamento: Verificar motivos, ajustar cronograma no caso de situação justificada e penalizar na reincidência, no caso de não haver justificativa plausível para o descumprimento.

Risco 6 – Contratado não executa os serviços. Conduta: Transferir; Tratamento: Aplicar as sanções previstas no contrato e nas legislações pertinentes.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		Item 1
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no	x		Item 5

mercado?	x		Item 5
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		Item 6
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		Item 9
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		Riscos do processo descritos Item 13; Não havendo risco de dano ao erário
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.		x	Contratações anteriores similares foram todas exitosas
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?		x	O tratamento dos riscos do processo foram indicados no Item 13.d

Conclusão: Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.

A contratação de empresa especializada para execução de serviço contínuo de engenharia, de manutenção corretiva em vias públicas do município de Joinville pavimentadas com revestimento asfáltico, é o modelo tecnicamente e economicamente mais vantajoso para o Município.

São serviços corriqueiros tecnicamente e de pequeno vulto financeiro, dispensando assim a elaboração do Mapa de Riscos e Matriz de Alocação de Riscos, conforme Art.44 da Instrução Normativa nº 04/2022 da Secretaria de Administração e Planejamento, considerando que não será necessário fechar nenhuma rua, seja de tráfego baixo, médio ou alto.

Os serviços previstos na contratação são comumente praticados pelo mercado na área de engenharia viária.

A contratação trata-se de serviço comum de engenharia para fins de definição disposta no Art. 55, inciso II da Lei 14.133/2021.

O risco de dano ao erário público, referente a contratação, não existe diretamente uma vez que as autorizações de pagamentos sempre são posteriores ao recebimento adequado da execução dos serviços que compõe a obra.

Já o risco de sucesso da licitação e da execução é o normal de qualquer contratação pública considerando os aspectos de disputa junto ao processo licitatório que pode chegar as vias judiciais, bem como com relação a execução que depende das condições econômicas e financeiras da empresa contratada no momento da prestação do serviço.

Ademais, em processos similares anteriores, foram todos exitosos não havendo nenhum risco específico a ser mitigado.

7 - Anexo - Checklist do Estudo Técnico Preliminar

N.º	Requisitos	Sim	Não	Não se aplica	Observações
1*	Consta no ETP a descrição clara e objetiva, devidamente fundamentada da necessidade da contratação	x			
2	A contratação foi indicada no Documento de Formalização de	x			

2	Demanda	^			
3	Descrição dos requisitos da contratação	x			
3.1	Foi analisado o critério de sustentabilidade	x			
3.2	Foi analisada a necessidade de garantia, treinamento e instalação	x			
3.3	Foi analisada a indicação dos padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração	x			
4	Levantamento de mercado, com a justificativa técnica e econômica			x	
4.1	Foram consideradas as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como a iniciativa privada?			x	
4.2	Foi realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições			x	
4.3	Em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, foram avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular			x	
4.4	Foram consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.			x	
5	Consta no ETP a descrição da solução como um todo, contemplando os requisitos da contratação, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução.	x			
6*	Consta no ETP estimativas das quantidades para a contratação, e os documentos que lhes dão suporte.	x			

6.1	Foi realizado levantamento das quantidades necessárias juntos às Unidades com vistas a não ocorrer demanda não atendida dentro do planejamento.			x	
7*	Consta no ETP estimativa prévia do valor da contratação, acompanhada dos documentos que lhe dão suporte, podendo ser utilizado como parâmetro o valor das contratações anteriores acrescido/decrecido de percentual considerado pela requisitante como possível acréscimo/decrécimo da demanda.	x			
8*	Consta no ETP justificativas para o parcelamento ou não da solução.	x			
9	Foram consideradas as contratações correlatas e/ou interdependentes à presente contratação.			x	
10	A contratação está prevista no plano de contratações anual, ou, se for o caso, justificativa da ausência de previsão.	x			
10.1	Há previsão de custeio da contratação com recursos da União.		x		
10.2	A contratação será obra ou serviço de engenharia.	x			
10.3	Em caso de a contratação ser eventualmente custeada com recursos da União, consta ressalva clara no ETP acerca da impossibilidade de cotação com fornecedores, nos termos do artigo 23, §2º da Lei 14.133/2021.			x	
11	Consta no ETP o demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.	x			
12	Consta no ETP as providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.			x	
13	Consta no ETP a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando	x			

	aplicável.				
14*	Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, observando eventual risco da contratação para a Administração.	X			
14.1	Foram analisados os riscos de comprometimento da boa execução contratual, aferindo-se e sanando-se no ETP, de antemão, eventuais questões controversas, erros ou incongruências do procedimento levando em consideração: a) o histórico de licitações, inclusive as desertas ou frustradas; b) contratações anteriores com objeto semelhante.	X			
14.2	Trata-se de contratação que, independentemente do valor, envolve complexidade, singularidade, ou se refere a um modelo de contratação não realizado anteriormente, mas com possibilidade de risco moderado/médio ou superior de dano ao erário. Em caso positivo, consta no ETP ressalva sobre elaboração do Mapa de Riscos para a contratação?		X		

* Os itens em destaque são de preenchimento obrigatório.



Documento assinado eletronicamente por **Luciane Herbst Valim, Servidor(a) Público(a)**, em 29/05/2024, às 11:49, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Daniella Mello, Gerente**, em 29/05/2024, às 11:50, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Shana Roesler Paiva, Diretor (a) Executivo (a)**, em 29/05/2024, às 11:56, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Correia de Sa, Secretário (a)**, em 29/05/2024, às 11:56, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0021509554** e o código CRC **11266556**.

